

Estado Privatizado

Homero de Oliveira Costa

Jornal de Natal, 05.10.1998

Um dos aspectos principais que sustenta a ideologia e o programa neoliberal do governo de Fernando Henrique Cardoso é o da privatização. A forma como isso vem sendo feito no Brasil tem ferido não apenas o bom senso, como expressa, por exemplo, a venda de patrimônios públicos com valores muito inferiores ao seu real valor (é o caso, entre outros, da Companhia Vale do Rio Doce), como também mostra como esse mesmo Estado não tem tido a capacidade de regulamentar às empresas privatizadas.

Além desses aspectos, há alguns elementos que deveriam constar na agenda do debate, mas raramente aparecem no cenário, especialmente quando se trata do noticiário a respeito da privatização. A chamada grande imprensa é marcadamente favorável e portanto acrítica em relação a esse processo.

Entre os aspectos que reputamos como relevantes para se compreender como maior alcance destacamos um que está presente desde a formação do Estado brasileiro: sua privatização pelas classes dominantes.

Historicamente, as elites se apropriam do Estado e o usa em função de seus interesses particulares. No caso da seca do Nordeste, uma tragédia anunciada com antecedência, para citar apenas um exemplo recente e dramático (e, curiosamente, desaparecido do noticiário), evidencia o descaso dos sucessivos governos, representantes das oligarquias beneficiárias da miséria da região.

Além disso, acumulam-se denúncias quanto à gestão de recursos públicos: o saque, o desvio de dinheiro, tão corriqueiros quanto cruéis, pelos detentores do poder nos Estados: são empréstimos a políticos e empresários – negados à imensa maioria do povo – com subsídios e incentivos fiscais. E quando as dívidas não são pagas, no mais das vezes são anistiadas ou os débitos renegociados em condições privilegiadas.

São essas elites, que tão ardorosamente defendem as privatizações, as beneficiárias diretas dos recursos do estado que, em princípio, deveriam servir para o desenvolvimento da região e não, como ocorre, para beneficiar as classes dominantes.

São elas que em campanhas eleitorais se dividem estrategicamente e que, nos momentos de desesperos das classes dominadas, aparecem com seus velhos discursos demagógicos, como se nada tivesse a ver com isso.

A miséria que tanto se evidenciam nos saques de alimentos especialmente no nordeste do país, tem servido apenas de pretexto para demagogia. Não se toca nos aspectos estruturais – causa dessas situações – como a concentração de renda e terra, a não efetivação de uma reforma agrária e a privatização do Estado.

Há pouco, o Governo federal, através de uma Medida Provisória (mais uma!) revogou o instrumento legal para execução de dívidas de empresas com a SUDENE. São R\$ 250 milhões de empréstimos devidos há muito tempo e mais outros R\$ 210 milhões em títulos de dívidas de empréstimos – debêntures – cujos prazos serão negociados e, como se sabem, negociações que se arrastam por longo tempo.

Isso mostra, entre outras coisas, como se dá a relação do governo com as elites às quais representa. Num momento de grave crise, com populações famélicas saqueando armazéns, com o crescente desemprego e queda dos salários, isso é uma indecência e um atentado contra a moralidade pública.

Exemplos como esses mostram um traço marcante e histórico do Estado no Brasil: privatizado pelas classes dominantes, com práticas seculares de nepotismo. A lógica tem sido desde sempre privatizar o setor público sem desprivatizar o Estado.

Este, me parece é um aspecto talvez mais grave do processo de degradação do Estado, de degenerescência do público. Diante disso, é importante que se

possa oferecer alternativas viáveis a esse “estado de natureza”, expressas um, projeto efetivamente democrático e popular.

Homero Costa é professor do Departamento de Ciências Sociais da UFRN
http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/homero_costa/index.html



www.dhnet.org.br